'Avenida Deputado Jamel Cecílio, nº 2496, Quadra B 22, L. 4E, Sala 26-A, Edificio New Business Style, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.810-100 Tel: (62) 3157.0732 http://www.institutocem.org.br



LOCAÇÃO COM DE CONTRATO **FORNECIMENTO** PROCESSAMENTO E ENXOVAL HOSPITALAR PARA O HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÁS - DR. VALDEMIRO DA CRUZ (HUGO), QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO CEM E BRASILAV GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO LTDA.

CONTRATO Nº 010/2022 - HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÁS - DR. VALDEMIRO DA CRUZ (HUGO)

PROCESSO SELETIVO: 010/2022

Pelo presente instrumento, de um lado o INSTITUTO CEM, associação civil sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 12.053.184/0006-41, qualificado como Organização Social no Estado de Goiás conforme Decreto nº 9.184 de 12 de Março de 2018, entidade gestora do HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÁS - DR. VALDEMIRO DA CRUZ (HUGO), situado na Avenida Deputado Jamel Cecílio, nº 2496, Quadra B22, Lote 4E, sala 26-A, Edifício New Business Style, Jardim Goiás, cidade de Goiânia/GO, CEP: 74810-100, neste ato devidamente representado pelo seu Diretor Presidente, JEZIEL BARBOSA FERREIRA, na forma de seus atos constitutivos e alterações, doravante denominado LOCATÁRIO, e de outro lado a empresa BRASILAV GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.564.545/0001-09, com sede na rua Elísio Mesquita nº 314 -Pirajá, Salvador - BA, CEP 41.295-360, neste ato representada por sua sócia administradora, MARIA APARECIDA MOURA DE MAGALHÃES, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 09.747.597-16 SSP-BA e inscrita no CPF sob o no 008.253.265-67. doravante denominado LOCADOR.

As partes têm entre si justo e LOCADOR, na melhor forma de direito, as cláusulas e condições adiante especificadas, as quais aceitam e livremente se comprometem a cumprir e respeitar nos termos que seguem, considerando que:

O presente instrumento é celebrado em caráter emergencial e por prazo determinado, vinculado aos interesses da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e, consequentemente, ao interesse público, diante da transição de gestão e operacionalização das atividades do HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÁS - HUGO, DR. VALDEMIRO DA CRUZ (HUGO) entre a Organização Social INTS - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE e o INSTITUTO CEM, bem como a iminência de cele ração de Contrato de Gestão Emergencial entre o CONTRATANTE e o PARCEIRO PÚBLICO ESTADO DE GOIÁS para esta mesma finalidade junto à referida Unidade Hospitalar,













conforme DESPACHO № 4142/2021 - GAB (Processo: 202100010054419) e DECLARAÇÃO № 74 / 2021 CLICIT- 09368 - Ratificação do ato de dispensa de chamamento público para contrato de gestão emergencial publicada no diário oficial do Estado de Goiás no dia 23 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente ajuste, a contratação de empresa especializada para SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR, PROCESSAMENTO, LOCAÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR COM RASTREABILIDADE, AUTOMATIZAÇÃO E GESTÃO DE FLUXO DE ENXOVAL HOSPITALAR POR MEIO DE SISTEMA DE RASTREAMENTO RFID, GESTÃO DE ROUPARIA E SERVIÇOS DE CAMAREIRA, a fim de atender as necessidades do HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÁS - HUGO, situado na Av. 31 de março s/n, Setor Pedro Ludovico Teixeira, Goiânia/GO, CEP: 74.820-200.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- Os serviços objeto deste Contrato destinam-se a atender os interesses do LOCATÁRIOS no exercício das suas atividades de gestão e operacionalização do HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÁS - DR. VALDEMIRO DA CRUZ (HUGO), situado na Av. 31 de março s/n, Setor Pedro Ludovico Teixeira, Goiânia/GO, CEP: 74.820-200.
- A realização dos serviços objeto do presente contrato deverá obedecer aos padrõres, 2.2. procedimentos e modelos constantes da proposta apresentada pela LOCADOR, do qual integra o presente contrato.

Nenhuma modificação poderá ser introduzida nos detalhes, especificações e preços 2.3. sem o consentimento prévio por escrito do LOCATÁRIO.

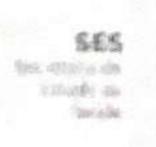
A prestação dos serviços pelo LOCADOR compreende: a locação, rastreabilidade, automatização, gestão do fluxo de enxovais e rastreamento RFID dos seguintes itens:

#### TABELA I

ltem	Descrição	Tamanho	Composição	
1	Cobertor (manta)	2,20m x 1,50m	Microfibra 100% Poliester	
2	Pijama Adulto Bermuda	P ao XGG	67 ALG. X 33% POL.	
3	Pijama Adulto Camisa	P ao XGG	67 ALG. X 33% POL.	
4	Lençol	2,50m x 1,60m	180 fios - 50% ALG. X 50% POL.	
5	Fronha	0,50cm x 0,70cm	180 fios - 50% ALG. X 50% POL.	
6	Toalha de banho	0,70cm x 1,35m	380 G/M - 84% ALG. X 16% POL.	
7	Travessa	1,40m x 1,00m	67% ALG. X 33% POL.	
8	Circulante (camisola)	M ao XGG	67% ALG. X 33% POL.	
9	Privativo calça	P ao XGG	67% ALG. X 33% POL.	
10	Privativo camisa	P ao XGG	67% ALG. X 33% POL.	

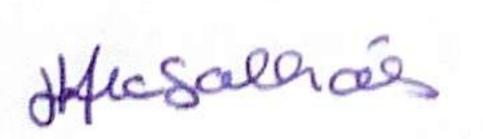














11	Lençol de berço	1,10 x 0,90	180 fios - 50% ALG. X 50% POL.	
12	Pijama infantil Bermuda	PP ao GG	67% ALG. X 33% POL.	
13	Pijama infantil Camisa	PP ao GG	67% ALG. X 33% POL.	
14	Fronha de Mayo	Padrão	100% ALG.	
15	Campo Simples	2,20m X 1,40m	100% ALG.	
16	Campo Simples Inferior	2,00m X 1,50m	100% ALG.	
17	Campo Simples Superior	2,50m X 1,50m	100% ALG.	
18	Campo Simples Lateral	1,50m X 1,00m	100% ALG.	
19	Bolsa de instrumentos	0,30cm X 0,35cm	100% ALG.	
20	Capote cirúrgico c/ Opa	ÚNICO	100% ALG.	
21	Capote Simples	ÚNICO	100% ALG.	
22	Campo Fenestrado	0,60cm X 0,60cm	100% ALG.	
23	Campo Simples p/ Bandeja	0,80cm X 0,80cm	100% ALG.	

2.5. A relação constante na Tabela I poderá variar conforme a necessidade do LOCATÁRIO, tratam-se de quantitativo estimado, desse modo, a contratação não implicará ao Instituto CEM nenhuma obrigação de adquirir tais produtos e/ou especificações.

2.6. As peças de enxoval a serem fornecidas constam no quadro acima devem estar estimadas para 400 leitos, dos quais 58 leitos são de UTI, os demais são de Clínica Médica, Pronto Socorro, Centro Cirúrgico (10 salas), RPA, Observação, Reanimação, demais setores do hospital e outros que eventualmente forem implantados.

2.7. O LOCADOR deverá aumentear em 30% (trinta por cento) o quantitativo de enxoval já existente na unidade Hospitalar – HUGO, nos primeiros trinta dias do contrato.

2.8. Os serviços de Lavanderia Hospitalar envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral de todas as suas etapas desde a sua retirada até o seu retorno em ideais condições de uso, sobretudo nos aspectos higiênicos sanitários, livre de microrganismos patogênicos, seguindo as legislações vigentes: RDC Nº 6, de 30 de janeiro de 2012; RDC Nº 222, de 28 de março de 2018.

2.9. O LOCADOR deverá manter o dimensionado os enxovais frente ao fornecimento contínuo, conforme demanda do LOCATÁRIO.

2.10. A prestação de serviços de lavanderia hospitalar, mediante a utilização das dependências do LOCATÁRIO, onde a roupa será processada e entregue, em ideais condições de reuso, sob situações higiênicos sanitários adequados, envolverá todas as etapas do processo de higienização das roupas conforme o padrão estabelecido no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde Prevenção e Controle de Risco, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, desde a sua coleta até o seu retorno em ideais condições de reuso.













- Os profissionais do LOCADOR devem estar treinados, devidamente dimensionados, uniformizados, com vínculo trabalhista da LOCADOR, sendo ainda responsável pelo fornecimento de EPI's, treinamentos, refeição, dentre outras condições aos profissionais.
- 2.12. O LOCADOR deverá executar os serviços supra indicados, bem como aqueles relacionados na Proposta Comercial encaminhada ao LOCATÁRIO, com zelo, qualidade e eficiência, objetivando os interesses do Estado de Goiás e do HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÁS - DR. VALDEMIRO DA CRUZ (HUGO).
- Será utilizada a lavanderia do hospital para a higienização do enxoval sujo com resíduo biológico infectante.
- Será faturado o valor por quilo de roupa suja.
- 2.15. A distribuição do enxoval nos leitos será de responsabilidade da LOCADOR.
- 2.16. A LOCADORA deverá disponibilizar de todos os enxovais necessários para a perfeita funcionalização da instituição conforme orientação da ANVISA.
- 2.17. As partes se comprometem a zelar pela boa utilização e conservação dos enxovais.
- 2.18. A LOCADOR fica responsável pelo estravido devendo instalar a Torre e chip antifurto em áreas estratégicas.
- 2.19. É de responsabilidade do LOCADOR enxovais estraviados e danificados, devendo realizar a reposição em 48h.
- 2.20. O Gás deverá correr por conta da LOCADOR.
- 2.21. Água e energia por conta do LOCATÁRIO.
- 2.22. As peças serão encaminhadas a unidade processadora com documento separado dos enxovais com resíduo biológico. O prazo de devolução das peças será de até 48 horas úteis contadas a partir da hora da realização da coleta.

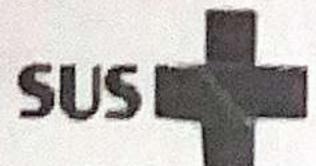
## CLÁSULA TERCEIRA - DO PRAZO

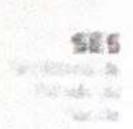
- 3.1. Este contrato terá prazo determinado, com início em 01/04/2022 e término em 30/06/2022.
  - Este contrato poderá ter o seu prazo prorrogado, desde que observados os termos do art. 57 da Lei 8.666/93.
- 3.2. Este contrato poderá ser rompido a qualquer tempo por interesse do LOCATÁRIO, em especial para o atendimento dos interesses da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e interesse público, desde que previamente comunicado à outra parte, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- O preço indicado na Cláusula 5.1, assim como os gastos e/ou despesas oriundos deste 4.1. Contrato serão pagos com recursos financeiros repassados pelo PARCEIRO PÚBLICO ESTADO DE GOIÁS ao LOCATÁRIO.
- Nas hipóteses do PARCEIRO PÚBLICO ESTADO DE GOIÁS não efetivar os referidos 4.2. repasses financeiros ou efetivá-los parcialmente, ou ainda efetivá-los com atraso, da mesma forma culminará o não pagamento ou pagamento parcial ou ainda o pagamento em atraso do montante devido ao LOCADOR, inexistindo, nestas hipóteses, a incidência de juros, multas e/ou indenizações sobre o montante devido ao LOCADOR.
- O LOCADOR exime o LOCATÁRIO de qualquer responsabilidade de indenização na 4.3. hipótese de inadimplemento, total e/ou parcial, quando não houver o devido repasse financeiro pelo PARCEIRO PÚBLICO ESTADO DE GOIÁS, salvo se houver prova hábil, idônea e incontroversa em contrário, a qual o LOCADOR deverá se incumbir de apresentar.











Hichaeras



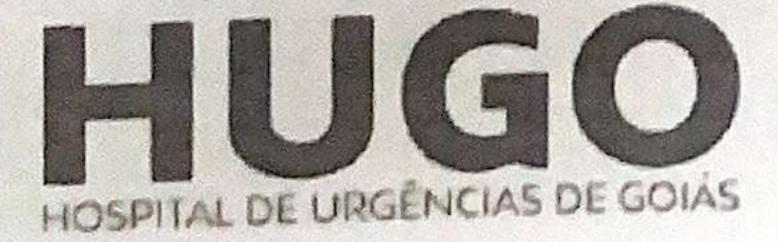
4.3.1. Na hipótese de o LOCADOR exigir, extrajudicialmente e/ou judicialmente, a responsabilização do LOCATÁRIO pelo inadimplemento ocorrido nas situações previstas nesta Cláusula 4ª, o mesmo estará sujeito aopagamento da penalidade prevista na Cláusula 9.1. deste contrato.

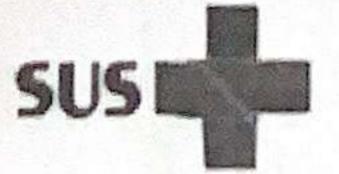
CLÁUSULA QUINTA - DO PRECO

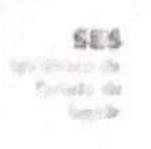
5.1. O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR o valor de R\$ 5,42 (cinco reais e quarenta e dois centavos) por quilo de enxoval a ser processado de acordo com a quantidade de enxovais efetivamente higienizados, mediante apresentação da medição quantitativa, pela prestação dos serviços indicados na Cláusula 1 e descritos na Cláusula 2 deste Contrato, e indicados na Proposta Comercial apresentada.

5.2. A medição se dará mensalmente quando o LOCADOR emitirá o correspondente boletim de acordo com a quantidade de enxovais efetivamente higienizados, do qual deverá ser atestado por um representante indicado pelo LOCATÁRIO.

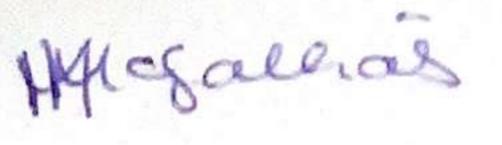
- 5.3. Estão inclusos no preço da cláusula 5.1 todos os tributos, inclusive ICMS, ISS, imposto de renda, outros encargos e obrigações trabalhistas e previdenciários lucros fretes e demais despesas incidentes, tais como taxa de administração, suprimentos de gêneros alimentícios e embalagens, enfim, todos os custos necessários para a perfeita execução, assim que nada mais poderá ser cobrado do locatário.
  - **5.3.1.** O valor indicado na Cláusula 5.1 contempla todas as despesas de viagem dos consultores do LOCADOR para a execução dos serviços avençados neste Contrato e Proposta Comercial apresentada.
- 5.4. O pagamento mensal acima será efetuado mediante a apresentação da competente Nota Fiscal, a qual deverá constar obrigatoriamente a seguinte referência: "Contrato nº. 010/2022 INSTITUTO CEM BRASILAV GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO LTDA SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR, PROCESSAMENTO, LOCAÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR COM RASTREABILIDADE, AUTOMATIZAÇÃO E GESTÃO DE FLUXO DE ENXOVAL HOSPITALAR POR MEIO DE SISTEMA DE RASTREAMENTO RFID, GESTÃO DE ROUPARIA E SERVIÇOS DE CAMAREIRA PARA O HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÁS DR. VALDEMIRO DA CRUZ.
- 5.5. Juntamente com a Nota Fiscal, o LOCADOR deverá encaminhar o <u>Relatório</u> detalhado das atividades desempenhadas no período correspondente.
- 5.6. Para o pagamento será imprescindível encminhar junto com a Nota Fiscal eRelatório os seguintes documentos:
  - 5.6.1. Cartão CNPJ (atualizado).
  - 5.6.2. Requerimento de Empresário / Ato Constitutivo / Contrato Social (consolidadoealterações).
  - 5.6.3. Documento de identificação do titular ou do sócio administrador.
  - 5.6.4. As Certidões de Regularidade Fiscal (Municipal, Estadual e Federal).
    5.6.4.1. A Certidão de Regularidade Municipal deverá ser do Município de Goiânia.
  - 5.6.5. Certificado de Regularidade junto ao FGTS (CRF).
  - 5.6.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST).
  - 5.6.7. Certidão de Regularidade de Inscrição junto ao Órgão de Classe (quando oobjeto LOCADOR exigir)
  - 5.6.8. Declaração de Isenção de INSS, quando for o caso.
- 5.7. A Nota Fiscal, Relatório e documentos em desconformidade com as especificações previstas neste instrumento e/ou com vícios não serão aceitos, devendo o LOCADOR retificá-la, substituí-la ou complementá-la, sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a devida regularização, sem quaisquer ônus para o LOCATÁRIO.















5.8. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito na seguinte conta bancária do LOCADOR

Código do Banco	Agência	Conta-Corrente

- 5.9. As informações bancárias do LOCADOR constantes da Cláusula 5.6 deverão ser informadas na competente Nota Fiscal após a referência prevista na Cláusula 5.2 supra.
- 5.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do aceite da Nota Fiscal e fatura correspondentes, condicionado ao cumprimento integral dos fornecimentos constantes da Cláusula 2 e indicados no relatório das atividades do período, bem como ao fornecimento da documentação relacionada na Cláusula 5.4.
  - 5.10.1. O LOCADOR declara neste ato estar ciente que o pagamento poderásofrer atraso em razão de eventual demora ou impedimento do repasse financeiro ao LOCATÁRIO por parte do PARCEIRO PÚBLICO ESTADO DE GOIÁS, inexistindo nestas hipóteses, após a apresentação da regular justificativa ao LOCADOR, qualquer penalidade e/ou incidência de juros, multa moratória ou indenização em desfavor do LOCATÁRIO.
  - 5.10.2. Na hipótese de eventual atraso no pagamento ou inadimplemento, total e/ou parcial, do pagamento devido ao LOCADOR por ausência do devido repasse financeiro pelo PARCEIRO PÚBLICO ESTADO DE GOIÁS, o LOCADOR não poderá levar o título inadimplido à protesto ou exigí-lo extrajudicialmente ou judicialmente em desfavor do LOCATÁRIO, sob pena da incidência da multa prevista na Cláusula 9.1, além do pagamento da custas, despesas e honorários advocatícios, no percentual de 20%, para queo LOCATÁRIO defenda os termos pactuados neste Contrato.
- 5.11. Do preço a ser pago ao LOCADOR, o LOCATÁRIO poderá deduzir as retenções tributárias devidas, conforme legislação tributária vigente no momento do pagamento.
- 5.12. O LOCADOR concorda que o LOCATÁRIO efetue a retenção do montante devidoà título de indenização por danos materiais, morais e pessoais a que ele vier a dar causa oufor considerado como culpado, nos termos deste Contrato.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

- 6.1. O LOCADOR estará sujeito às seguintes obrigações:
  - 6.1.1. Executar os serviços previstos na Cláusula 1 e descritos na Cláusula 2, bem como àqueles relacionados na Proposta Comercial apresentada, dentro dos padrões de qualidade e eficiência exigidos para o serviço, e com observância dos princípios da moralidade, transparência, impessoalidade, legalidade e eficiência.
  - 6.1.2. Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista, qualificação técnica (LOCADOR e colaboradores) e cumprimento da Proposta apresentada ao LOCATÁRIO.
  - 6.1.3. Executar os serviços em atendimento aos interesses público e da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.
  - 6.1.4. Atender tempestivamente a todas as solicitações feitas pelo LOCATÁRIO.
  - 6.1.5. Efetuar o ressarcimento de quaisquer danos materiais, morais e/ou pessoais ocasionados aos empregados, bens e patrimônio do LOCATÁRIO e PARCEIRO PÚBLICO ESTADO DE GOIÁS, desde que comprovada sua culpa ou dolo, no









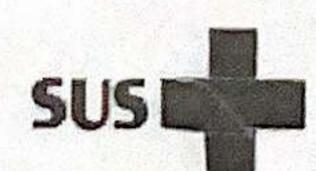


Micsallias



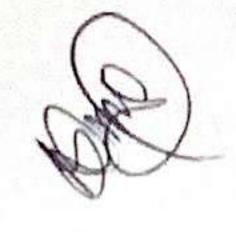
- prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da entrega da notificação neste sentido pelo LOCATÁRIO.
- 6.1.6. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato, salvo mediante concordância expressa do LOCATÁRIO.
- 6.1.7. Atender tempestivamente a todas as solicitações feitas pelo LOCATÁRIO no tocante à prestação de informações e dados sobre os serviços prestados.
- 6.1.8. Manter todas as condições mínimas exigidas pelos órgãos competentes para a consecução do presente contrato, sob pena de rescisão unilateral do mesmo.
- 6.1.9. Sanar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação do LOCATÁRIO, quaisquer irregularidades ou defeitos constatados na prestação dos serviços.
- 6.1.10. Executar o serviço de forma silenciosa, ordeira e com urbanidade para com a população.
- 6.1.11. Substituir empregado/colaborador que, a critério do LOCATÁRIO, apresente comportamento inadequado ou não siga o Regulamento Interno do HUGO. Não permitir que seus empregados/colaboradores solicitem gratificações ou contribuições materiais, de qualquer espécie, durante a consecução do presente instrumento.
- 6.1.12. Manter seus empregados/colaboradores sempre identificados durante a execução dos serviços objeto deste Contrato.
- **6.1.13.** Fiscalizar e atender todas as disposições legais pertinentes à saúde e segurança do trabalho em relação ao pessoal disponibilizado na execução dos serviços objeto deste Contrato.
- 6.1.14. Cuidar da regularidade obrigacional do pessoal disponibilizado para a execução dos serviços objeto deste Contrato, adimplindo com toda e qualquer obrigação denatureza tributária e trabalhista incidente.
- 6.1.15. Adimplir com toda e qualquer obrigação trabalhista que eventualmente venha a ser reconhecida administrativamente e/ou judicialmente por qualquer órgãoadministrativo e/ou fiscalização, em desfavor do LOCATÁRIO, sob pena de incidência da multa prevista neste instrumento.
- 6.1.16. Exercer todos os esforços para manter a sua regularidade e capacidade técnica, assim como de todo o pessoal que venha a atuar na execução do objeto LOCADOR, sob pena de rescisão do contrato com aplicação das penalidades cabíveis.
- 6.1.17. Manter sigilo e confidencialidade no tocante aos serviços, documentos, pesquisas, entrevistas e demais informações apuradas ou que venha a tomar conhecimento durante a execução do objeto deste contrato.
  - 6.1.17.1. O sigilo e a confidencialidade devem ser observados no prazo de até 5 anos após o término deste Contrato, sujeitando-se o LOCADOR, na hipótese de violação, ao pagamento da multa prevista neste instrumento além de indenização em favor do LOCATÁRIO no montante de 10 vezes o valor deste Contrato.
- 6.1.18. Submeter-se a qualquer órgão público quando for procurado, devendo apresentar tudo o quanto for solicitado.
- 6.1.19. Submeter-se à fiscalização a ser realizada pelo LOCATÁRIO, relativa à prestação do objeto pactuado, conforme regras estabelecidas nos protocolos internos e padronização do LOCATÁRIO.
- 6.1.20. Prestar informações, escritas e verbais, completas e fidedignas necessárias para assegurar a continuidade do serviço.













- 6.1.21. Seguir as normas e regulamentos internos do LOCATÁRIO.
- 6.1.22. Fica vedada a entrada de qualquer pessoa que não seja titular, sócia ou empregado/colaborador do LOCADOR nas dependências do HUGO.
- 6.1.23. Manter registro para o controle e fiscalização, legalmente ou administrativamente exigidos, dos serviços executados.
- 6.1.24. Comunicar imediatamente o LOCATÁRIO todas as alterações que vier a promover na sua constituição social/empresarial, sob pena da imediata rescisão do presente Contrato com a aplicação da penalidade prevista na Cláusula 9.1.
- 6.1.25. Observar, quando aplicável, as disposições previstas na Lei nº 6.019/74.
- 6.1.26. Celebrar o Termo de Responsabilidade.
- 6.1.27. Apresentar o Relatório mensal das atividades exercidas no período, juntamente com a Nota Fiscal correspondente e documentação prevista na Cláusula 5.4, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da prestação do serviço.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

- 7.1. Exigir do LOCADOR o cumprimento de todas as suas obrigações previstas neste Contrato.
- 7.2. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e gerenciamento do cumprimento do objeto do Contrato por parte do LOCADOR, adotando todas as providências necessárias que lhe caibam e aplicando, quando for o caso, as penalidades devidas em desfavor do LOCADOR.
- 7.3. Fiscalizar a relação de trabalho e o vínculo de emprego do pessoal utilizado pelo LOCADOR para o cumprimento do objeto deste Contrato, de modo e prevenir e evitar qualquer violação da legislação trabalhista.
- 7.4. Prestar as informações, esclarecimentos e orientações que venham a ser solicitados pelo LOCADOR em tempo hábil.
- 7.5. Contribuir para o eficaz cumprimento do Contrato celebrado com o LOCADOR.
- 7.6. Editar normas e procedimentos complementares para o gerenciamento e execução deste Contrato em razão de exigências dos órgãos de controle e fiscalização competentes.
- 7.7. Exigir do LOCADOR o cumprimento das normas emanadas pelos órgãos de fiscalização e controle.
- 7.8. Realizar descontos do preço do Contrato quando da apuração mensal de entrega insuficiente, parcial ou deficiente, pelo LOCADOR, do objeto avençado.
- 7.9. Apurar, quantificar e deduzir do Preço do Contrato eventuais prejuízos causados pelo LOCADOR em face do LOCATÁRIO ou Poder Público Estadual.
- 7.10. Notificar e aplicar as multas previstas no Contrato em desfavor do LOCADOR quando houver descumprimento dos termos e condições avençados.

## CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

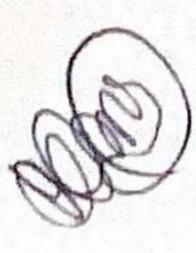
- 8.1. Constitui motivo para a rescisão unilateral e administrativa deste contrato, independentemente das sanções legais e contratuais aplicáveis, a critério do LOCATÁRIO, quando o LOCADOR:
  - 8.1.1. Não cumprir ou cumprir parcialmente e/ou irregularmente as cláusulas deste instrumento, especificações ou prazos, inclusive com a lentidão do seu cumprimento.
  - 8.1.2. Paralisar suas atividades sem justa causa e prévia comunicação ao

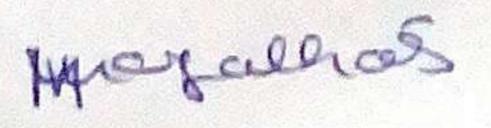














LOCATÁRIO.

8.1.3. Ceder ou transferir, total ou parcialmente, este contrato.

8.1.4. Efetuar a sua fusão, cisão ou incorporação sem o consentimento prévio do LOCATÁRIO.

8.1.5. Não obedecer às determinações da autoridade pública designada para acompanhar e fiscalizar a execução das suas atividades.

8.1.6. Encerrar suas atividades ou houver o falecimento do seu titular, representantes e ou administrador.

8.1.7. Alterar ou modificar o seu objeto, finalidade ou composição societária, de modo a prejudicar ou colocar em risco a execução deste contrato.

8.1.8. Tornar irregular ou ilegal a sua composição societária/empresarial, ou ainda desconformidade com os termos deste Contrato e princípios norteadores dos atos da administração pública. Atraso injustificado no início dos serviços.

8.1.9. Falhas na execução dos serviços.

8.1.10. Não provar as regularidades relativas para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista.

8.1.11. Utilizar na execução dos serviços objeto deste Contrato pessoal que não possua vinculo jurídico legítimo, regular e válido e em conformidade com os termos deste Contrato e legislação trabalhista.

8.1.12. Término da Parceria entre o LOCATÁRIO e o PARCEIRO PÚBLICO ESTADO DEGOIÁS.

8.2. Constatadas as hipóteses previstas nas Cláusulas 8.1.1 a 8.1.12 supra, o LOCATÁRIO requisitará, previamente, do LOCADOR, os esclarecimentos devidos, os quais deverão ser fornecidos no prazo máximo de 48 horas.

O LOCATÁRIO, por meio da sua Comissão de Gestão de Contratos ou Diretoria 8.3. Administrativa, terá prazo de até 2 dias úteis para decidir sobre os esclarecimentos e/ou justificativas apresentadas pelo LOCADOR e aplicar as penalidades cabíveis e/ou comunicar a rescisão deste Contrato, quando assim julgar necessário.

# CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- O não cumprimento pela CONTRATADA das obrigações dispostas neste Contrato 9.1. sujeitará à aplicação de multa correspondente a 20% sobre o preço constante da Cláusula Quinta. Na hipótese de reincidência de qualquer tipo de transgressão, bem como o não atendimento ou cumprimento dos termos deste Contrato, após a devida Notificação pelo LOCATÁRIO, ensejará a elevação do percentual da multa para 30%, com a consequente rescisão doContrato.
- O LOCADOR concorda que o LOCATÁRIO poderá reter de eventual pagamento devido 9.2. ao LOCADOR o montante devido à título de penalidade prevista neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

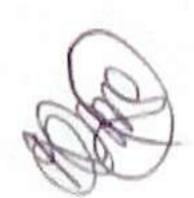
- 10.1. A Fiscalização das atividades do LOCADOR será exercida pela COMISSÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS ou DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO HUGO, cabendo respectivamente a estes a aceitação dos serviços e o aceite das Notas Fiscais / Faturas, Relatórios e documentos emitidos e fornecidos pelo LOCADOR.
- A Fiscalização terá poderes para proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a paralisação dos mesmos quando não houver cumprimento às disposições ora pactuadas.
- A Fiscalização terá poderes para solicitar a substituição de empregados/colaboradores 10.3.













que apresentarem comportamento desrespeitoso.

A fiscalização citada nas Cláusulas anteriores não isenta o LOCADOR das responsabilidades assumidas neste Contrato.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Quaisquer casos, eventos ou circunstâncias não avençadas ou não previstas neste contrato, serão, em princípio, dirimidos por intermédio de imediata consulta ao LOCATÁRIO, de forma expressa, regulamentar e em tempo hábil para o seu atendimento.
- 11.2. Os serviços realizados de forma incompleta serão considerados como não cumpridos em seu todo, arcando o LOCADOR com todas as obrigações contratuais resultantes, e pelas perdas e danos ocasionados ao LOCATÁRIO e terceiros.
- O LOCADOR não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar eventuais inadimplementos e/ou atrasos de pagamentos, sob pena da incidência da penalidade prevista neste Contrato.
- 11.4. O descumprimento/inadimplemento de obrigações legais por parte do LOCADOR que possam gerar responsabilidade solidária ao LOCATÁRIO autorizará a retenção do montante correspondente pelo LOCATÁRIO, do valor devido ao LOCADOR pelos serviços prestados, como garantia para o cumprimento das obrigações pendentes.
- 11.5. A eventual aceitação, por uma das partes, da inexecução, pela outra, de quaisquer cláusulas ou condições deste Contrato, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, na desistência de exigir o cumprimento integral do aqui estabelecido, não devendo ser considerado modificação ou novação do presente Instrumento.
- 11.6. O presente contrato não gera qualquer relação trabalhista entre os colaboradores, empregados, sócios e titulares do LOCADOR em relação ao LOCATÁRIO, e assim reciprocamente, nem tampouco solidariedade civil, trabalhista ou fiscal entre as partes. O LOCADOR se responsabiliza perante o LOCATÁRIO pelo estrito cumprimento da legislação trabalhista em relação aos seus empregados e colaboradores que venham prestar serviços, direta ou indiretamente, ao LOCATÁRIO.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas da execução desse contrato, fica eleito o foro da Comarca de Goiânia/GO renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim contratadas as partes firmam o presente em três vias de igual forma e teor e subscritas por duas testemunhas.

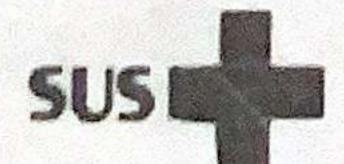
Goiânia, 01 de abril de 2022.

JEZIEL BARBOSA FERREIRA:47630841191

Assinado de forma digital por JEZIEL BARBOSA FERREIRA:47630841191

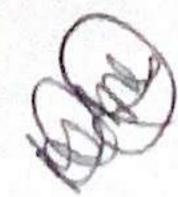
INSTITUTO CEM Jeziel Barbosa Ferreira Diretor Presidente













Mane Apartide

BRASILAV GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO LTDA Maria Aparecida Moura De Magalhães Sócia Administradora

TESTEMUNHA 01

Nome: Mainan Linia Silva CPF: 858-072-315-97.

RG:

0 4

**TESTEMUNHA 02** 

Nome: CPF: RG:









